

Estado em silêncio preocupante face às ameaças e ataques aos críticos do SUSTENTA

- Em julho de 2025, o comentador televisivo Edson Massingue denunciou uma tentativa de homicídio após participar num debate na “TV Sucesso”, onde abordou irregularidades no programa SUSTENTA. A acção contra Massingue faz parte de um padrão preocupante de ameaças e ataques a críticos do programa, que se estende, inclusive, a membros do Governo e a instituições do Estado, numa tentativa de intimidar qualquer iniciativa de responsabilização pelo fracasso do SUSTENTA.



O Estado mantém-se em silêncio, tanto no que diz respeito à investigação do colapso do programa, como relativamente às ameaças contra críticos e às tentativas de condicionar instituições que deveriam investigar e responsabilizar os envolvidos. O Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) condena este silêncio do Estado, particularmente do Ministério Público (MP), e exige o fim da inacção, bem como adopção de medidas concretas face às ameaças e à má gestão do projecto.

As ameaças

“Falámos de vários assuntos e um dos temas candentes era o SUSTENTA. O debate valeu-me uma tentativa [de assassinato]. Isso ocorreu próximo ao Ministério do Interior. Quero apenas dizer ao dono do SUSTENTA, Celso Correia, que não tenho medo da morte”, afirmou Massingue num dos programas em que participa como comentador.

Dias antes, circulou nas redes sociais uma mensagem com ameaças explícitas de retaliação contra figuras do Governo, do Parlamento e do partido no poder:

“Vou arrastar muita gente. Desde o Governo ao Parlamento e até ao Partido haverá um verdadeiro tsunami”, dizia a mensagem, atribuída ao antigo ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, o pai do SUSTENTA.

A declaração foi interpretada como uma ameaça directa às estruturas do Estado e como tentativa de intimidar qualquer iniciativa de responsabilização pelo fracasso do programa.



SUSTENTA: um embuste que alimentou a corrupção e deixou um legado de má gestão e dívidas

Apresentado como um programa para integrar pequenos produtores em cadeias de valor, com fornecimento de insumos, mecanização e introdução de tecnologias, o SUSTENTA revelou-se um instrumento que alimentou a corrupção e gerou dívidas que recairão sobre esta e futuras gerações.

Relatórios do Tribunal Administrativo (TA) revelam má gestão de milhões de dólares no Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), usado como “saco azul” por Celso Correia para reforçar a sua influência no Governo e no partido Frelimo. Em 2017, só o Banco Mundial injectava cerca de 200 milhões de dólares em projectos financiados por subvenções, fundos fiduciários, empréstimos concessionais e mecanismos baseados em desempenho.

O FNDS actuava em sectores como energia, finanças, abastecimento de água rural, estradas, tecnologia, conservação ambiental, san-



eamento, ordenamento territorial, alterações climáticas, florestas e terras. Essa diversidade impressionava os doadores, mas, na prática, ampliava as margens para actos ilícitos.

A narrativa de sucesso do SUSTENTA não resiste à realidade da insegurança alimentar no país. Relatórios do TA apontam para graves problemas: falta de transparência na

selecção de beneficiários, ausência de planos estratégicos, inexistência de aprovação formal de projectos, emissão de cheques em nome de funcionários, entre outros.

Falhas graves na implementação

Auditorias do TA constataram ausência de acompanhamento técnico aos Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes (PACE), entrega de alfaías inadequadas, tractores sem documentos, sementes deterioradas e falta de formação.

Na campanha 2020/2021, muitos PACE per-

deram a produção devido à má qualidade das sementes fornecidas pela empresa “Casa do Agricultor”, que não reembolsou os beneficiários, apesar de ter recebido o pagamento do seguro.

Não houve provas de que os PACE tinham experiência agrícola, como exigido pelas nor-

mas do programa. Processos de *procurement* não foram apresentados e muitos PACE não conseguiram comprovar ligação com pequenos agricultores nem apresentar contratos. Não existem registos de produção, vendas ou qualquer monitoria por parte do FNDS.

Dívidas com os extensionistas

O não pagamento de salários aos extensionistas é um problema que marcou o dia-dia da implementação do projecto. Em 10 de janeiro de 2025, um grupo de extensionistas marchou na cidade de Inhambane para exigir o pagamento de salários em atraso des-

de agosto de 2024. Em junho de 2024, cerca de cinco mil técnicos agrícolas recorreram ao CDD para denunciar atrasos salariais. Embora o projecto tenha chegado ao fim, permanecem dívidas salariais acumuladas com os extensionistas.



Investigação e responsabilização

Com base em relatórios do TA, denúncias de beneficiários e especialistas do sector agrícola, o CDD exige investigação urgente ao SUSTENTA e a todos os projectos associados ao FNDS, visando a responsabilização dos envolvidos.

O Estado não pode manter-se em silêncio perante a onda de intimidação, as tentativas de assassinato e o que aparenta ser uma estratégia para condicionar a actuação das instituições públicas por meio de mensagens ameaçadoras.



Auditorias do TA constataram ausência de acompanhamento técnico aos Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes (PACE), entrega de alfaías inadequadas, tractores sem documentos, sementes deterioradas e falta de formação.



**MISSÃO:**

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungu
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:

Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz

E-mail: info@cddmoz.org

Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO